



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DConama

SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar - Asa Norte - 70730-542 – Brasília/DF

Tel. (61) 2028-2207/2102 - conama@mma.gov.br

Sumário Executivo da 106ª Reunião Ordinária do Conama

Data: 30 de maio de 2012

Horário: das 09h00 às 18h00

Local: Auditório nº 1 Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 2

Brasília/DF

1. Abertura da reunião pela Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Francisco Gaetani, declarou aberta a 106ª Reunião Ordinária do Conama convidando os novos dirigentes do Ibama, do Instituto Chico Mendes e os novos Secretários do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para compor a Mesa do plenário, iniciando as apresentações pelo Sr. Paulo Guilherme – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR/MMA), seguido do Sr. Pedro Wilson Guimarães – Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA) e do Sr. Carlos Augusto Klink - Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. Em seguida, apresentou o Sr. Roberto Vizentin – Presidente do ICMBio e o Sr. Volney Zanardi, que substituiu o Sr. Curt Trennepohl na presidência do Ibama. Francisco Gaetani agradeceu a presença de todos e seguiu com a pauta da reunião comentando sobre algumas alterações na agenda decorrentes da esperada presença da Senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para o período vespertino.

1.1. Informação do Quorum

Verificado o quorum e iniciada a reunião.

1.2. Iniciativas do Ministério do Meio Ambiente em comemoração à Semana do Meio Ambiente

Às 15 horas, com a chegada Exma. Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sra. Izabella Teixeira, foi realizada a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Espacial Brasileira (AEB), celebrado diante do Sr. Vicente Andreu Guillo – Presidente da ANA e do Sr. José Raimundo Braga Coelho - Presidente da AEB.

Efetivou-se também a assinatura da Portaria Interministerial para as Contas Econômicas Ambientais da Água. A esse respeito, o Sr. Vicente Andreu Guillo, Presidente da ANA, destacou o novo posicionamento do Brasil, que em 2003 era considerado dependente, e agora em 2012 é visto como referência para o papel da reserva de água. Comentou ainda, que há uma expectativa grande para o acordo com o IBGE, naquilo que é mais importante: fornecer informações aos estados para que haja melhoria na qualidade, principalmente das outorgas no país.

Em seu discurso de abertura da Semana do Meio Ambiente a Sra. Izabella Teixeira comentou a agenda entre o MMA e o MCT, sobre o uso de tecnologias modernas e as devidas adequações para que haja capacitação nacional, ressaltando que hoje não existem dados científicos que possam traduzir a riqueza dos ecossistemas, o que poderia advir com o investimento em uma nova família de satélites, anunciado pela Agência Espacial Brasileira. A Ministra comentou que o MPOG tem uma agenda que vai além do debate sobre a gestão pública e ressaltou a qualidade da interlocução entre MMA e o MPOG com relação às

carreiras dos analistas ambientais, afirmando estar empenhada em garantir melhorias na infraestrutura do MMA, do Ibama e do ICMBio.

Ressaltou, também, a articulação com os demais ministérios, sendo que no dia 05 de junho a Presidenta Dilma apresentaria os atos que trariam engajamento e interlocução entre os ministros, bem como ações ligadas à sustentabilidade. Acentuou que a esta Semana do Meio Ambiente seria mais abrangente em função da realização da Rio + 20, começando oficialmente neste 30 de maio em Brasília e em 31, no Rio de Janeiro. Izabella fez referência ao conjunto de eventos que ocorrerão no âmbito da Rio + 20 até o dia 22/6/12, evidenciando os mais de 200 eventos paralelos que acontecerão além da pauta oficial e que debaterão a questão do gênero, da produção e do consumo sustentável. Convergindo para os acontecimentos do dia, a ministra se reportou ao Sr. Vicente Andreu Guillo que segundo a Ministra, norteou a comunicação do "Pacto pelas Águas". Comentou que o governo financiará o projeto e a ANA trabalhará com os estados para o alcance de patamares maiores na gestão dos recursos hídricos no país, com a pactuação com cada estado. Reiterou a convergência entre o CNRH e o CONAMA para a formulação de novos caminhos para o desenvolvimento. Comentou que tudo deve ser melhor recepcionado e trabalhado do ponto de vista inovador no Conama, que é por si só inovador e com apreciável envergadura, o que lhe dá grande responsabilidade com os resultados da Rio+20, desafios que surgirão após o evento e virão para o CONAMA.

A Ministra apresentou a nova publicação do livro do CONAMA e fez referência às inovações do Proconve, da evolução da qualidade do ar para os brasileiros, da necessidade de Revisão da Resolução CONAMA n. 237/97, assim como de aspectos da fauna, dos recursos hídricos e da gestão ambiental, áreas florestais e conservação ambiental.

Sobre o debate do novo código florestal, disse que o processo está em condução no Congresso e que construções democráticas são criadas com diálogos e convergências, referindo-se a uma época onde não havia democracia, fato reconhecidamente vivido pela Ministra. Afirmou que a convergência de interesses para a pauta ambiental não se dará com imposições, mas com a participação e compromisso de todos. O debate deve ser modelado com sustentabilidade e desenvolvimento

Informou das negociações que antecedem a conferência e das pressões por ações mais concretas, apesar da crise econômica mundial, dizendo que não há retrocessos e que o fortalecimento da sustentabilidade e da governança ambiental está em pauta, com o fortalecimento do PNUMA. Acentuou que os debates políticos irão moldar uma nova agenda.

Enfatizou que tem feito esforços para a aprovação da "Proposta de Emenda Constitucional do Cerrado (PEC Cerrado).

1.3. Lançamento da edição atualizada do Livro de Resoluções do CONAMA – versão especial Rio+20

Ao final das solenidades de abertura da Semana do Meio Ambiente e ao discurso de abertura, a Ministra mostrou aos conselheiros a nova edição do [Livro de Resoluções CONAMA](#), que fora revisto, organizado e elaborado para a ocasião da Rio+20, para distribuição em pen-drive, mas, em função de sua relevância e interesse geral em seu conteúdo, aproveitou-se para a sua publicação interna.

1.4. Perspectivas para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20

Yana Dumaresq agradeceu a oportunidade e comentou que a conferência englobará três períodos distintos, o comitê preparatório, o encontro de alto nível e entre estes dois os diálogos para o desenvolvimento sustentável. A ideia é ter ao longo dos dias e dos eventos oficiais, eventos paralelos que ocorrerão entre sociedade civil e demais interessados. A conferência foi desenhada para avaliar as implementações desde a Rio 92 e propor novos arranjos e formas para os compromissos futuros. Yana disse que será uma conferência onde se estabelecerá novos processos negociadores, estruturas de trabalho, acordos das Nações Unidas, para que se possam ter negociações mais elaboradas, anteriores a conferência. Salientou que o texto inicial continha 19 páginas e ao longo do processo negociador passou a conter 200 páginas. Comentou que o déficit ambiental internacional é devido em parte pela falta de internalização dos agentes econômicos para as questões ambientais, e que a saída seria a criação de um conselho, uma instância coordenadora, para que

houvessem as implementações decididas em uma conferência. Considerou ser importante o fortalecimento das instâncias ambientais da ONU, como, por exemplo, o PNUMA. Nesta mesma linha, disse a respeito da arquitetura institucional, que a Rio +20 se propõe a fortalecer o pilar ambiental e a coordenação ambiental/econômica. Saliu que os objetivos do desenvolvimento sustentável devem ser comuns a todos e não somente dos países em desenvolvimento ou daqueles menos desenvolvidos ou extremamente pobres; que as metas sejam compartilhadas e que todos tenham obrigações. Comentou ainda que a proposta em negociação trata dos temas principais que chegam a Rio + 20 com os grandes desafios estabelecidos e com compromissos já acordados anteriormente, como a agenda 21, a declaração de Joanesburgo, de forma que a conferência possa apresentar diretrizes orientadoras para os países. Yana Dumaresq citou o plano de negociação do consumo sustentável; um plano de ação de 10 anos para a produção e consumo sustentável. Compartilhou informações sobre os diálogos para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de mesas de debates entre especialistas mundiais de onde surgem as recomendações aos Chefes de Estado e à ONU.

2. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 105ª Reunião Ordinária, de 22 de março de 2012

Aprovada a transcrição *ipsis verbis* da 105ª Reunião Ordinária, de 22 de março de 2012.

3. Apresentação de novos Conselheiros

Dra. Adriana Mandarino, diretora do Dconama realizou a apresentação dos novos Conselheiros do Conama.

4. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do Conama

Dra. Adriana Mandarino, diretora do Dconama, explanou sobre a adoção de novos formatos para a apresentação dos Resultados das Sessões do Conselho, de caráter mais conciso e direto e que pode ser rapidamente disponibilizado, e para o Sumário Executivo, mais detalhado, portanto demandando mais tempo para elaboração.

5. Tribuna Livre (15 minutos)

José Eduardo Ismael Lutti (Planeta Verde): em nome dos promotores de justiça de todo o Brasil, comentou em função do novo código florestal, colocando que o debate apreciou principalmente aspectos políticos, deixando a parte os aspectos técnicos e científicos. Alertou para o imenso debate judicial oriundo do novo código, trazendo insegurança jurídica que o país não deseja. Perguntou se a reflexão da política ambiental seria de retrocesso e fez referência a água, com a perspectiva de o novo código oferecer risco para sua proteção.

Ronaldo Vasconcellos Novais (Ponto Terra): falou sobre a possível criação do parque nacional da Gandarela, que tem proximidade com as cidades de Belo Horizonte e Ouro Preto; sobre a importância, firmeza e competência que o ICMBio tem tido na condução do processo, mostrando a importância do parque para a região e proteção das águas, bem como do diálogo com as mineradoras que desejam explorar aquela área. Citou as consultas públicas realizadas junto as comunidades locais e que recentemente o ICMBio ouviu todos de forma democrática, mostrando mobilização. Parabenizou o ICMBio.

Paulo Brack (Ingá): declarou sua frustração com vários temas e do papel do Conama na defesa ambiental. Comentou que os processos em relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm seus respectivos licenciamentos desconsiderando a proteção da biodiversidade, a inexistência de estudos de avaliação ambiental estratégica e integrada, solicitou que sejam revistos os processos do PAC e seus licenciamentos ambientais. Disse que o Conama deve realizar sua função, além disso, com o novo código, ter-se-á faixa mínima de cinco metros de mata ciliar e fez referência a falta de seriedade, sentindo-se frustrado como professor e membro do Conama nestas situações não convergentes que favorecem apenas os interesses econômicos.

Francisco Rodrigues Soares (Furpa): falou sobre o código florestal com a expectativa de que a Medida Provisória n 571, de 25 de maio de 2012, seja melhorada ouvindo a Sociedade Civil. Comentou sobre unidades de conservação e reiterou solicitação ao Secretário Executivo Francisco Gaetani e a Ministra Izabella Teixeira para que seja viabilizada a criação do Parque Nacional da Serra Vermelha.

Carlos Alberto Hailer Bocuhy (Proam): fez um apelo aos Conselheiros comentando que há uma expectativa muito negativa com relação a Rio +20 e segundo ele, que houve uma participação ínfima na preparatória da Rio + 20 e que ao menos, para o pós- Conferência haja maior participação. Disse que as reservas da biosfera não tem proteção jurídica no Brasil, citou como exemplo a reserva da biosfera da região metropolitana da cidade de São Paulo. Em seguida, comentou da necessidade de se ter indicadores para dimensionamento e viabilidade de empreendimentos; se solidarizou ao Instituto o Direito por um Planeta Verde no sentido da insegurança jurídica diante do novo código florestal e disse que é preciso ter maior consciência ambiental e pediu que o Conama seja mais atuante após a Rio + 20.

Antônio Eustáquio Vieira (Mover): falou que a sociedade civil procura levar as preocupações ambientais para os diálogos possíveis e fez referência ao projeto de repasse de 3.500 escavadeiras e 1.500 motoniveladores para melhorias da infraestrutura viária rural, ressaltando que há uma quantidade significativa de estradas vicinais que promoveriam a morte de corpos d'água pelo assoreamento causado principalmente pelo escoamento de matérias primas. Recomendou a necessária responsabilidade técnica destes empreendimentos e interlocução entre áreas, vez que há nestes movimentos interesses antagônicos, de preservação e degradação.

Patrícia Helena Gambogi Boson (CNT): manifestou agradecimento com a publicação da Instrução Normativa do Ibama (IN n. 5), que dispõe sobre o procedimento transitório de autorização ambiental para o exercício da atividade de transporte marítimo e interestadual, terrestre e fluvial, de produtos perigosos. Agradeceu pelo avanço e grande resultado da nova IN.

Maria Silvia Rossi (Gov. Distrito Federal): fez referência ao novo código florestal, comentou que o momento é importante e traz para os estados o protagonismo, da possibilidade de maior restrição nos estados e salientou da convergência existente na busca de negociações e que o caminho é a integrar as políticas, os instrumentos, sustentando a importância ambiental necessária ao país.

Hélio Gurgel Cavalcanti (Gov. Pernambuco): se referiu a necessária regulamentação da Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011, e se referindo a Rio + 20, ao código florestal, comentou que todas estas questões nascem na articulação política que garante governança. Reiterou que para o Executivo todo este movimento é percebido pelas dificuldades e trabalhos, mas que prevalece a intenção construtiva e tem-se assim a possibilidade de se aperfeiçoar o código florestal, com normas estaduais. Finalizou reforçando a presença dos mecanismos existentes e da disposição de apoiar e aperfeiçoar a toda esta nova legislação recém chegada.

Mauro Maciel Buarque (Anamma Nacional): comentou que a tripartite nacional pode dar o tom para a efetivação do Sisnama e reiterou sua importância para que haja como patrocinar uma agenda ambiental tendo também como instrumento a tripartite nacional e que sua instalação seja realizada.

Antônio Florêncio de Queiroz Júnior (CNC): fez referência ao dito pela Conselheira Patrícia Boson (CNT) a respeito da publicação da IN do Ibama e complementou que situações similares possam ser ampliadas para a logística reversa dos produtos de forma que minimize dificuldade diversas das legislações estaduais e para que hajam novas normativas do Ibama no sentido de facilitar a logística reversa.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência

João Urbano Cagnin (SEP/PR): encaminhou à Mesa pedido de urgência para o processo correlato à Resolução n. 421/2010, que dispõe sobre revisão e atualização da Resolução CONAMA nº 344, de 25 de março de 2004 - Dragagem. O pedido de urgência foi acolhido pelo plenário.

Nilo Sérgio de Melo Diniz (MMA) solicitou a retirada de pauta do Processo nº 02000.002224/2011-42 que trata da proposta de Recomendação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Sub-Região do Purus, no Estado do Amazonas, em função do recém-publicado código florestal e necessárias correções legais.

7. Ordem do Dia

RESOLUÇÕES

7.1. [Processo nº 02000.000216/2011-61](#) – Complementação da Resolução nº 417/2009, que definiu vegetação primária e estágios sucessionais secundários de vegetação de Restinga.

Interessado: MMA.

Procedência: 105ª RO. Data: 22/03/2012.

Tramitação: durante a 104ª RO do CONAMA foram aprovadas as minutas referentes aos estados de AL, BA, CE, ES, PB, PE, PI, PR, RN, RS, e SE, após pedido de vista realizado na 102ª RO, em 25 e 26/05/11. O Estado de SC teve sua minuta arquivada, permanecendo em vigor a Resolução Conama n. 261, de 1999, que trata dos parâmetros básicos para análise dos estágios sucessionais naquele estado. A minuta do Estado de SP foi devolvida à Câmara Técnica de Biodiversidade, ainda por ocasião da 62ª CTAJ, em 05 e 06/05/2011, constituindo processo específico. Quanto à minuta do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado entenderam ser possível melhorar tecnicamente a proposta em pauta, razão pela qual solicitaram, com base no art. 20 do Regimento Interno do Conama, o sobrestamento do assunto até a presente Reunião Ordinária, ocasião em que a minuta retorna para a apreciação do Conselho.

Relatores: Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA e Governo do Rio de Janeiro.

Após as explanações do Governo do Rio de Janeiro e do Ministério do Meio Ambiente e da convergência de entendimentos sobre a necessidade de maior apreciação da proposta e discussão de aspectos técnicos específicos na minuta do Rio de Janeiro, houve aceitação do Plenário em retornar o processo para a Câmara Técnica de origem, nos termos do §7º, art. 21 do Regimento Interno do Conama. A manifestação do DFLOR/MMA solicitou que a reunião da CT fosse convocada o quanto antes para que houvesse tempo de uma segunda reunião antes da Plenária de setembro, caso necessário.

7.2. [Processo nº 02000.002645/2010-92](#) – Proposta de Resolução que estabelece a Revisão das Resoluções Conama nº 023/1996, Resolução Conama nº 235/1998 e Resolução Conama nº 244/1998

Interessado: Ibama/MMA

Procedência: 2ª CTAJ. Data: 10/05/2012.

Tramitação: A matéria foi aprovada na 1ª reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, realizada nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2012 e posteriormente aprovada na 2ª Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, em 10/05/12.

Relator: Ministério do Meio Ambiente

Proposta de Resolução aprovada sem emendas.

RECOMENDAÇÕES

7.3. [Processo nº 02000.000511/2012-07](#) - Proposta de Recomendação para aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

Interessado: Ministério do Meio Ambiente.

Procedência: 2ª CTAJ. Data: 10/05/2012.

Tramitação: A matéria foi aprovada na 2ª reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, realizada nos dias 17 e 18 de abril de 2012 e posteriormente aprovada na 2ª Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, em 10/05/12. A matéria está sob Regime de Urgência.

Relator: Ministério do Meio Ambiente

Patrícia Boson (CNT): no ensejo da temática, comentou que se faz necessário alterar o modelo de se apreciar o transporte e que o setor é um elemento de elo vital para qualquer projeto de resíduos, não se restringindo somente a logística reversa. Reiterou o envio de um ofício ao Comitê Interministerial para solicitar a instalação de Grupo de Trabalho específico para o setor de transporte. Enfatizou a discussão de regramentos de simplificação dos transportes, para a organização de redes cooperadas e de infraestrutura viárias. Citou a representatividade do transporte no Brasil realizada pela maioria de profissionais autônomos, por conseguinte, enfatizou também a necessidade de programas específicos para a renovação das frotas e finalizou pedindo que o setor do transporte tenha maior atenção.

Luiz Firmino Martins Pereira (Gov. do Rio de Janeiro): comentou sobre convergências da Abema que reforçam a necessidade de implementação da logística reversa para que se tenha capacidade de operacionalização do processo e para que os acordos setoriais possam validar suas metas planejadas.

Mauro Maciel Buarque (Anamma Nacional): comentou acordo na Anamma sobre o estágio do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e deixou registrado que não visualiza a produção dos planos de gestão nos municípios. Comentou que talvez seja necessário oportunamente solicitar apoio político para a alteração dos prazos previstos no referido plano ou até mesmo na lei.

Antônio Florêncio de Queiroz Júnior (CNC): falou da preocupação do setor do comércio sobre entraves legal e tributário, que não houve encaminhamentos práticos com as questões fiscais dos resíduos nos estabelecimentos comerciais, aspectos tributários e facilitação da devolução dos mesmos.

Carlos Alberto Hailer Bocuhy (Proam): falou da obsolescência programada que é uma prática de produção de objetos de consumo com vida restrita, que há proposta com termos e recomendação de medidas para redução desta prática. Lembrou da preocupação com o estímulo que pode ocorrer com relação à incineração e que o Conama recomende que não sejam praticados estímulos para a incineração.

José Eduardo Ismael Lutti (Planeta Verde): comentou que a opção sugerida como emenda ao texto da Recomendação será complementada com explicações sobre o texto.

Silvano Silvério da Costa (SRHU/MMA): após clarear as sugestões realizadas em plenário pelos conselheiros, relatou que houve consenso para uma proposta com emendas do Conama à proposta de Recomendação e realizou a leitura da emenda acordada.

Proposta de recomendação aprovada com emendas.

7.4. Processo nº 02000.002224/2011-42 – Proposta de Recomendação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Sub-Região do Purus, no Estado do Amazonas.

Interessado: Ministério do Meio Ambiente.

Procedência: 2ª CTAJ. Data: 10/05/2012.

Tramitação: A matéria foi aprovada na 2ª reunião da Câmara Técnica de Gestão Territorial, Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas, realizada no dia 24 de abril de 2012 e posteriormente aprovada na 2ª CTAJ, em 10/05/12.

Relator: Ministério do Meio Ambiente.

Nilo Sérgio Diniz (MMA) solicitou a retirada de pauta da proposta de Recomendação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Sub-Região do Purus, no Estado do Amazonas, diante da inadequação da Lei Estadual do ZEE frente ao recém-publicado código florestal.

MOÇÕES

7.5. Processo nº 02000.002341/2011-14 - Proposta de moção de solidariedade à comunidade Kaiowá Guarani, do acampamento Tekoha Guaviry, de Amambai/MS, que sofreu o ataque de pistoleiros, em 18 de novembro de 2011.

Interessado: AMAR

Procedência: 105ª RO. Data: 22/03/2012.

Tramitação: O MMA pediu vista durante a 104ª RO, em 23 e 24/11/2011. Não houve deliberação na 105ª RO, realizada em 22/03/12, por falta de quórum.

Relator: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural/MMA.

Moção aprovada.

7.6. Processo nº 02000.002344/2011-40 - Proposta de moção de solidariedade ao pleito do Movimento dos Atingidos por Barragens, referente à regulamentação dos direitos das comunidades atingidas por barragens.

Interessado: AMAR

Procedência: 105ª RO. Data: 22/03/2012.

Tramitação: O MMA pediu vista durante a 104ª RO, em 23 e 24/11/2011. Não houve deliberação na 105ª RO, realizada em 22/03/12, por falta de quórum.

Relator: Departamento de Gestão Estratégica/MMA.

Moção Rejeitada.

7.7. Processo nº 02000.002346/2011-39 - Proposta de moção de solidariedade aos lançadores de alerta, inclusive pesquisadores da UERJ e da Fiocruz, que denunciam problemas ambientais causados pela empresa Thyssen Krupp na baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro.

Interessado: AMAR

Procedência: 105ª RO. Data: 22/03/2012.

Tramitação: O MMA pediu vista durante a 104ª RO, em 23 e 24/11/2011. Não houve deliberação na 105ª RO, realizada em 22/03/12, por falta de quórum.

Relator: Diretoria de Qualidade Ambiental da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/MMA

Proposta de moção retirada pelo proponente com a indicação de convidar os pesquisadores da Fiocruz e da UERJ, a Thyssen Krupp, o Governo do Rio de Janeiro e o Ministério da Saúde para discussão do assunto no formato de informe para a próxima reunião ordinária do Conama - 107ª RO.

7.8. Processo nº 02000.000673/2012-37 - Proposta de moção de apoio aos profissionais da Fiocruz e da UERJ processados pela empresa ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico por danos morais.

Interessada: FURPA

Procedência: 105ª RO. Data: 22/03/2012.

Tramitação: proposta nova.

Relator: FURPA

Proposta de moção retirada pelo proponente frente a mesma motivação expressa no item 7.7.

7.9. Processo nº 02000.000674/2012-81 - Proposta de moção dirigida ao ICMBio e ao INEA-RJ visando esclarecimentos referentes aos impactos ambientais que a rota especial solicitada pela Petrobrás para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ poderá causar à Baía de Guanabara.

Interessada: FURPA

Procedência: 105ª RO. Data: 22/03/2012.

Tramitação: proposta nova.

Relator: FURPA

Proposta de moção rejeitada.

8. Informes e Apresentações

8.1. Apresentação do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann, sobre Matriz Energética Brasileira

O Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Márcio Pereira Zimmermann, comentou que às vésperas da Rio + 20, toda discussão sobre energia torna-se importante e lembrou que o Brasil tem característica particular e que considerou uma grande oportunidade discutir entre todos a economia verde.

O Sr. Zimmermann abordou, em síntese, ao longo de sua fala, os seguintes pontos:

- a) **o Brasil tem um potencial remanescente que deve aproveitado da melhor forma, respeitando-se as características da região.**
- b) **a tarifação energética no Brasil é mais cara e acima dos padrões internacionais;**
- c) **o modelo brasileiro de energia eólica busca tarifas, com o setor tendo seu primeiro leilão em 2009;**
- d) **as reservas do pré-sal;**
- e) **o Brasil tem um plano decenal de energia e previsão para até 2020 de Angra 3;**
- f) **o Brasil um dos maiores índices de insolação e que o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) aprovou um projeto heliotérmico no interior do nordeste;**
- g) **o petróleo e o gás são novas referências no Brasil, com consumo atual de 3 milhões de barris/dia, em 2020 algo em torno de 5 milhões, além das exportações futuras.**

Paulo Brack (Ingá): solicitou um maior diálogo e tempo para a discussão com o Secretário-Executivo do MME. Em resposta, a Ministra Izabella Teixeira, comentou que poderá ser realizado diálogo com o devido tempo na próxima reunião, para que o debate possa ter continuidade e que os interessados apresentem seus questionamentos ao Conama.

8.2. Informe sobre o acompanhamento do Ministério Público Federal no caso de derramamento de óleo pela Chevron na Bacia de Campos – RJ

Informe apresentado pelo Sr. Oswaldo José Barbosa Silva, Subprocurador da República (Ministério Público Federal - MPF), sobre dois derramamentos de óleo no Campo do Frade, Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro e sobre as ações do MPF para abertura de inquérito civil e de ação civil pública após os incidentes. Com base nos laudos técnicos do Ibama e da Marinha do Brasil, o Subprocurador informou que o processo teve declinação do Juiz Federal de Campos do Goytacazes - RJ, com a justificativa de que as ações extrapolavam o interesse exclusivo da circunscrição territorial de atuação, remetendo as ações ao foro da capital do estado. Comentou que a ação civil pública teve uma série de pedidos, como a recomposição do dano, indenização, sequestro de todos os bens da empresa Chevron no Brasil, pedidos liminares e definitivos e a perpetração de ilícitos penais. Adicionou que o MPF entrou com ação penal contra brasileiros e estrangeiros diretamente envolvidos nos vazamentos com imputação de penas e crimes previstos no art. 54 da Lei n. 9.065/1998, além de crime de falsidade ideológica previsto no código penal. Comentou que o dano arbitrado em cada ação foi de 20 bilhões de reais, comparado a países como Estados Unidos, Chile e México e que a extensão do dano não se mede pelo valor da causa e sim quando da liquidação da sentença, momento em que se dimensiona o valor com o suporte técnico e pericial. Com relação às ações cíveis, informou que se aguarda decisão do Tribunal Regional para definições de competência. Fez considerações sobre dificuldades na área de fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ressaltando que a ANP convidou o MPF para estabelecer Termo de Ajuste de Conduta e Compensação Ambiental em face da tragédia, contudo, ainda sem consenso. Fez referência ao curso do inquérito civil, ação civil e da denúncia referentes ao primeiro e ao segundo derramamentos, bem como ao inquérito civil público para apurar possíveis fragilidades da ANP no controle e fiscalização da exploração de petróleo offshore. Finalizou dizendo que nenhuma tratativa ou negociação será feita à margem do Ministério Público.

8.3. Informe do MMA sobre o [relatório](#) de recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado (obrigação disposta no art.9º da Resolução Conama nº 362, de 2005)

Informe apresentado pela Sra. Zilda Maria Faria Veloso, da Gerência de Resíduos Perigosos do Ministério do Meio Ambiente, em atendimento ao art. 9º da Resolução 362/2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado. A Sra. Veloso esclareceu que encaminhou adendo ao relatório postado no sítio eletrônico do Conama. Comentou das obrigações impostas pela Resolução Conama n. 362/2005 e das metas de recolhimento definidas pela portaria conjunta MME/MMA. Ressaltou que o Brasil é o quinto maior mercado consumidor e gerador de óleos lubrificantes do mundo. Ressaltou que atualmente há a necessidade de se aprimorar os sistemas de recolhimento e o papel dos órgãos de fiscalização e controle, municipais e estaduais. Citou o percentual de 99,7% de recolhimento alcançado da meta estabelecida, com evolução de atendimento dos estados, sendo que em 2010 14 unidades da federação não atingiram a meta, contra 11 em 2011. Sobre o Grupo de Monitoramento Permanente, instituído para facilitar a implementação da Resolução 362/2005, destacou as ações de divulgação, realização de mini-oficinas e elaboração de materiais informativos. Informou que quatro mini-oficinas foram realizadas em 2011, capacitando cerca de 270 técnicos nos estados, ademais o volume de óleo coletado aumentou 49% no período 2007-2011, em comparação ao aumento de 26% de óleo comercializado. Para 2012, disse que há proposta de aumento das metas estabelecidas entre MME e MMA.

8.4. Informe do Serviço Florestal Brasileiro sobre o [Relatório de 2011](#) de Gestão de Florestas Públicas (conforme disposto no §2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006)

Adiada a apresentação do referido informe para próxima reunião do Conama, após solicitação do Serviço Florestal Brasileiro.

9. Encerramento